

**Prof.<sup>a</sup> Anita Kon**

Em junho, o mercado elevou a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para 4,3% em 2007, acima da estimativa anterior (4,25%) e expectativa para a taxa de câmbio no fim de 2007 ficou em R\$ 1,91. Na comparação com o primeiro trimestre de 2006, o PIB cresceu 4,3% no mesmo período de 2007, levado por duas forças antagônicas, ou seja, a demanda interna influenciou em crescimento e o real valorizado pressionou para baixo. O grande impulso positivo no PIB do trimestre foi o consumo das famílias, que se elevou em 6% em relação ao primeiro trimestre de 2006, tendo em vista aumento da renda e do crédito. Além do consumo das famílias, outro destaque positivo se verificou no setor de serviços que teve alta de 4,6% no trimestre. A indústria teve menor desempenho no período (3%), principalmente a de transformação (2,8%), como efeito do câmbio valorizado. Já o setor agropecuário apresentou um crescimento de 2,1% na comparação com o primeiro trimestre de 2006, destacando-se a produção de algodão, milho e soja.

Os gastos públicos do governo federal cresceram acima da variação do PIB no primeiro quadrimestre do ano, associados a recordes na arrecadação e por um potencial novo aumento da carga tributária em 2007. Estes gastos foram principalmente impulsionados por reajustes salariais e pela criação de cargos, que são definitivamente incorporados às despesas correntes da União. Pelos cálculos de especialistas, se for mantida a tendência da arrecadação de tributos dos primeiros cinco meses, a carga tributária neste ano deve subir 1,4 ponto percentual, para 35,7% do PIB. Os investimentos do governo federal continuam em ritmo lento. Em compensação, as despesas com o funcionamento da máquina pública, ou seja, gastos de custeio, não param de crescer. Por outro lado os gastos com investimentos pelo governo continuam muito lentos, apesar das obras prioritárias que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento instituído no início do ano, não terem recursos bloqueados pela área econômica e de poderem serem abatidas da meta fiscal que o governo tem para o ano.

A carga tributária no país, por sua vez, avança em ritmo superior ao dobro do crescimento do PIB, pois para um avanço do PIB de 4,3% no primeiro trimestre deste ano em relação a igual período de 2006, a carga fiscal suportada pelos brasileiros cresceu 10,2% em termos reais. O aumento na arrecadação permitiu que os Governos federal, estaduais, dos municípios e estatais obtivessem superávit primário e o aperto fiscal promovido nos primeiros quatro meses do ano conseguiu cobrir quase toda a carga de juros que incidiu sobre a dívida pública no período. Porém os especialistas têm algumas ressalvas em relação a esse cenário, pois o ajuste fiscal feito com base no aumento da arrecadação, e não num maior controle de gastos, e isso não se sustenta no longo prazo.

O Banco Central (BC) decidiu acelerar um pouco o processo de queda dos juros e reduziu a taxa oficial (Selic) de 12,5% para 12% ao ano. Mesmo com estes cortes na taxa de juros efetuados recentemente pelo BC, porém, os juros brasileiros continuam entre os mais altos do mundo. Vários fatores sugeriam um corte mais acelerado dos juros, como por exemplo, a melhora na nota atribuída ao Brasil pela Fitch e pela Standard & Poor's, duas das principais agências internacionais de classificação de risco, quando o país ficou a um degrau do chamado "grau de investimento", nota atribuída a países que são considerados destinos seguros para os investidores. Esta notícia trouxe ânimo aos mercados e ajudou a trazer a cotação do dólar para baixo da barreira de R\$ 2, o que é ainda outro motivo apontado para promover um corte maior dos juros, pois a queda do dólar barateia produtos importados e ajuda a controlar a inflação. As expectativas são de que até dezembro de 2007, os juros devem cair para 10,75% ao ano, pois se a economia crescer mais, a renda e a demanda da população tende a crescer, e há mais espaço para reajuste de preços, embora esse risco seja minimizado pela concorrência dos importados, beneficiados pelo dólar barato.

A queda do dólar foi um dos fatores responsáveis pela desaceleração do PIB, porém permitiu o avanço dos investimentos, que ficaram mais baratos. Na comparação com o mesmo período de 2006, o ritmo de crescimento dos investimentos cresceu de 9,6% no quarto trimestre de 2006 para 7,2% nos três primeiros meses de 2007. Um dos principais motivos para esta elevação dos investimentos é o aumento das importações de máquinas e equipamentos possibilitado pelo dólar mais baixo. Também os efeitos da taxa de juros mais baixa e da expansão acelerada do crédito a empresas como propulsores do investimento estimulam investimentos.

Nesta conjuntura, a expectativa é que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo tenha alta de 3,5% neste ano e de 4% no ano que vem, o que significa, em ambos os casos, que se situará abaixo da meta de 4,5% estabelecida pelo governo. Em junho um aumento de preços, porém o resultado não representa a "interrupção de uma tendência" de recuo da inflação, pois as estimativas são de que se

manterá baixa em razão do câmbio e do fim da indexação dos preços. Os preços dos alimentos seguiram em trajetória de alta, mas a inflação medida pelo IPC (Índice de Preços ao Consumidor) na cidade de São Paulo manteve-se em 0,49%, mesmo patamar registrado na semana imediatamente anterior. A alta dos alimentos foi a maior no período, de 1,70%, principalmente de leite e derivados, devido à quebra de safra e a alta cotação dos preços internacionais.

Também a inflação medida pelo Índice Geral de Preços - Mercado teve alta de 0,26% em junho, taxa superior à de maio, de 0,04%. O que mais contribuiu para isso foi o Índice Nacional de Custo da Construção que registrou, em junho, alta de 1,67%, acima do resultado do mês anterior, de 0,55%. A aceleração foi consequência de impactos crescentes de reajustes salariais, por ocasião de data-base, em Brasília, Goiânia, Porto Alegre, Florianópolis e São Paulo. A previsão do mercado financeiro para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no total deste ano subiu para 3,59%, enquanto que a projeção anterior era de 3,5. A meta de inflação para 2009 fixada pelo Conselho Monetário Nacional será de 4,5% (o mesmo patamar atual), mas o Banco Central fixou esta meta em 4%.

O fluxo de capital especulativo ao Brasil (que pode deixar o país rapidamente em caso de forte turbulência) aumentou quase cinco vezes nos primeiros quatro meses do ano e se tornou a principal fonte de dólares do país, segundo dados do Banco Central. Os números se referem a empréstimos com prazo inferior a um ano que os bancos conseguem no mercado internacional para aplicar no Brasil, influenciados pelos elevados juros do Brasil, não só por fatores como o bom desempenho da balança comercial.

A Associação de Comércio Exterior do Brasil estimou que devido aos altos preços das *commodities*, o saldo da balança comercial brasileira fechará o primeiro semestre de 2007 com superávit de US\$ 20,2 bilhões, o que contraria as expectativas iniciais de queda em razão do câmbio valorizado e da expansão das importações. O forte saldo é explicado pelo bom desempenho das exportações de petróleo (alta de 42,3% até maio), minério de ferro (33,4%) e soja (34,3%), pois segundo os analistas, as *commodities* não são afetadas pelo câmbio, mas sim pelo aquecimento da economia global. Porém o setor externo pesou negativamente na contabilidade do PIB. Houve um salto de 19,9% nas importações no trimestre, enquanto as exportações subiram 5,9%. A contribuição do setor externo foi negativa pelo quinto trimestre consecutivo, pois segundo cálculos de especialistas, a economia poderia ter crescido 5,7% no primeiro trimestre sem essa influência, com a ressalva de que as importações trazem também benefícios para o crescimento econômico.

No que se refere ao setor produtivo, existem críticas pelos empresários, do impacto negativo do real forte sobre o PIB industrial no primeiro trimestre deste ano, o que desacelerou seu crescimento, o que obrigou à indústria a se acomodar em um ritmo lento de crescimento e também o crescimento ocorre de forma desigual, pois a indústria extrativa cresceu 4,1%, e a de transformação, só 2,8%. A tendência prevista é de que esse ritmo lento se mantenha neste trimestre, porém existe proporção considerável dos empresários que avaliam que a demanda está mais forte cresceu significativamente em um ano, apesar da queda do dólar em relação ao real, que reduz a competitividade dos produtos brasileiros no exterior e aumenta a concorrência de importados no mercado interno. As previsões para a indústria paulista, região polo de crescimento industrial, são de que a indústria deve acelerar neste mês o ritmo de seus negócios com aumento de produção e vendas no mercado interno, em razão do aumento da renda e da expansão do crédito. A indústria brasileira de maior intensidade tecnológica encolheu 16% nos últimos dez anos, enquanto a mais básica aumentou sua participação em 9%. Cerca de 70% da indústria está concentrada em produtos de "baixa" ou "média-baixa" tecnologia e a participação dos produtos mais sofisticados diminuiu de 36% para 30% no total da produção.

No entanto, o mercado de trabalho continua estagnado, e o desemprego ficou em 10,1% pelo 3º mês, dada a falta de dinamismo na economia que impede que sejam geradas vagas suficientes para reduzir a taxa de desocupação, o que afeta mais os jovens, que têm dificuldade de conseguir o primeiro emprego.

**EITT/PUCSP – Grupo de Pesquisas em Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia**  
**Contatos: [anitakon@pucsp.br](mailto:anitakon@pucsp.br) - São Paulo/Brasil**  
**Assistente de pesquisa: Emmanuel Nakamura**